

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO SOCIAL DO ESTADO DE SERGIPE – RUMO A UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Franciele Araújo Silva*

RESUMO

O presente estudo objetiva verificar a importância da Educação Ambiental – EA para uma sociedade sustentável, com enfoque na sociedade sergipana. Através de pesquisas bibliográficas constatou-se a incipiente disponibilidade de estudos relacionados à EA com enfoque na sociedade de Sergipe. Ainda é preciso orientações sobre a prática da educação ambiental no Estado, onde a mesma deve ser voltada para a mudança de postura, hábitos e paradigmas para a sustentabilidade ser uma realidade. É preciso que uma diretriz seja voltada para o exercício da educação ambiental na formação da cidadania, sendo assim passando para a sociedade estratégias de sustentabilidade não somente no âmbito individual e sim no coletivo, gerando conhecimento local, sem perder de vista o global.

Palavras-chave: Educação ambiental. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, as nações estão se preocupando com a relação homem e natureza. Através de estudos percebe-se que essa relação vem colocando as futuras gerações em perigo, por causa do uso incorreto e abusivo dos recursos naturais disponíveis. Esse mau uso pode acarretar em uma crise ecológica e social, assim comprometendo o destino da humanidade.

Com o passar do tempo o número de movimentos ambientalistas aumentou devido ao descaso com o meio ambiente. A população mundial tem mostrado que está cada vez mais consciente de que o modelo atual de desenvolvimento econômico, tanto em países desenvolvidos, como naquele em vias de desenvolvimento, está intimamente associado à degradação do meio ambiente, com impactos diretos na qualidade de vida e na própria sobrevivência da espécie humana (MARCATTO, 2012).

*Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Tiradentes - UNIT. Pós-graduanda em Sustentabilidade e Meio Ambiente pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE. Assistente Técnica/Bióloga da Sociedade Semear. E-mail: fdantassilva@gmail.com

A Educação Ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. A partir da década de 70, a percepção de que os recursos naturais não são inesgotáveis, e sim esgotáveis ficou mais visível. Reconhecendo assim uma futura crise ambiental, surgiram discussões acerca do futuro do planeta, que culminaram em conferências de temática ambiental em escala global. Como a Conferência de Estocolmo em 1972, onde foi reconhecido que a defesa e a melhoria do meio ambiente constituiriam um objetivo urgente para a humanidade em gerações presentes e futuras; a Conferência de Belgrado em 1975, a qual reuniu representantes de 65 países para formular os princípios orientadores do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, objetivando promover a participação dos indivíduos e dos grupos sociais, desenvolvendo o sentido de responsabilidade e a consciência da urgente necessidade de se prestar atenção aos problemas do meio ambiente; Conferência Intergovernamental de Tbilisi em 1977 foi um marco da educação ambiental no mundo, pois buscou novos paradigmas e resgatou valores como caminhos para emergir do caos ambiental no qual se encontrava; a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento -ECO 92 – onde insistiu na urgência das ações a serem tomadas em relação aos problemas ambientais e deu origem também à Agenda 21, a qual reúne propostas de ação e estratégias de implementação, com vistas a promover a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável no século 21; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável- Rio+20, que ocorreu em 2012 com o objetivo de discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Todas essas conferências tiveram como enfoque comum a preocupação com a relação abusiva do ser humano para com o meio ambiente. O crescimento econômico em detrimento ao meio ambiente, o esgotamento dos recursos naturais e o surgimento da EA – Educação Ambiental foram alguns temas dessas conferências.

Com isso surgiu o termo sustentável. Uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz as suas necessidades sem diminuir as possibilidades das gerações futuras de satisfazer as delas.

A primeira definição para a Educação Ambiental foi adotada em 1971 pela Internacional Union for the Conservation of Nature, a Conferência de Estocolmo ampliou sua definição a outras esferas do conhecimento, e a Conferência de Tbilisi definiu o conceito de Educação Ambiental:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

Em 1981 foi criada a Lei Federal Nº 6938 que institui a “Política Nacional do Meio Ambiente”, uma das primeiras leis que citam a EA. A Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, estabelece em seu artigo 225, que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futura gerações”; cabendo ao Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Atualmente é comum a contaminação dos cursos d’ água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente, nesse contexto é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável (processo que assegura uma gestão responsável dos recursos do planeta de forma a preservar os interesses das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais), a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, com reflexos positivos evidentes junto à qualidade de vida de todos (SENOGRAFIA, 2006).

O presente trabalho tem por objetivo geral verificar a importância da EA para a sociedade sustentável, e por objetivo específico, verificar a importância da EA na sociedade sergipana com foco na sustentabilidade.

Mas em um âmbito menor, a sociedade sergipana tem ciência da importância da educação ambiental em suas vidas?

Esse tema é muito discutido na sociedade, seja através de uma conversa entre amigos seja em palestras ou fóruns mundiais e locais. Percebe-se que a maior parte da sociedade compreende a importância de pôr em prática atitudes e ações em prol de uma sociedade sustentável, porém ainda falta muito para que sejam postas em prática essas ações no dia a dia das pessoas.

DESENVOLVIMENTO

Vivemos hoje em um mundo o qual os problemas ambientais causados pela humanidade escapam à nossa capacidade de percepção, levando a efeitos catastróficos e muitas vezes chegando a um nível onde não há como reverter tal situação, causando efeitos negativos não só individualmente, e sim a várias pessoas, animais e outras gerações. Isso nos leva a refletir sobre novas formas de pensar e agir em torno das questões ambientais.

Eis que surge a educação ambiental, tendo como desafio promover a formação da sociedade, buscando um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto coletivo, gerando conhecimento local, sem perder de vista o global, tornando essa sociedade sustentável.

A EA disponibiliza a humanidade novas formas de pensar e agir em prol de um desenvolvimento sustentável, possibilitando as pessoas a começarem a pôr em prática, através do conhecimento, ações que favoreçam tanto a sociedade quanto ao meio ambiente, fazendo com que a população se envolva, ativa e democraticamente, em todas as fases do processo, da discussão do problema, do diagnóstico da situação local, na identificação de possíveis soluções, até a implementação das alternativas e avaliação dos resultados.

A educação ambiental é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais. Com ela, busca-se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos debruçarmos seriamente sobre eles. A EA tem por objetivo atingir o público em geral, pois todas as pessoas devem ter oportunidade de acesso às informações que lhes permitam participar

ativamente na busca de soluções para os problemas ambientais atuais (MARCATTO, 2002).

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. É um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável (BEZERRA E BURSZTYN, 2000).

Este pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional, de outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água (JACOBI, 2003).

O conhecimento da EA pode vir integrado a outras dimensões da educação contemporânea, tais como a educação para os direitos humanos, para a paz, para a saúde, para o desenvolvimento e para a cidadania, porém, sua especificidade está no respeito à diversidade, aos processos vitais – com seus limites de regeneração e capacidade de suporte – eleitos como balizadores das decisões sociais e reorientadores dos estilos de vida individuais e coletivos (SECAD/MEC, 2007). Também pode ser inserida na vivência da sociedade através de palestras, cursos, oficinas disponíveis a todos.

Para a cidadania essa relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que cada vez mais ficam complexos

e riscos ambientais que se intensificam. As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis.

O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem (JACOBI, 2003).

A educação formal envolve estudantes em geral, desde a educação infantil até a fundamental, média e universitária, além de professores e demais profissionais envolvidos em cursos de treinamento em Educação Ambiental. E a educação informal, envolve todos os segmentos da população, como por exemplo, grupos de mulheres, de jovens, trabalhadores, políticos, empresários, associações de moradores, profissionais liberais, dentre outros.

No Estado de Sergipe há organizações que dispõem essa educação para comunidades, como ONGS (Organizações não governamentais), Prefeitura, instituições particulares, dentre outros. Um exemplo de ONG é a Sociedade SEMEAR - Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes, a qual trabalha também efetivamente com programas e projetos socioambientais em comunidades em quase todo o Estado, como exemplo o Projeto Adote um Manancial, que tem por objetivo geral implantar um programa de recuperação e preservação da vegetação nativa no entorno de nascentes e pequenos e médios cursos d'água na Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, de modo a promover um resgate dos recursos genéticos da região (fauna e flora nativas) e restabelecer o equilíbrio ambiental. E ainda, desenvolver ações de educação ambiental como forma de tornar efetiva a participação das comunidades inseridas nas áreas de abrangência do projeto. Esse projeto afeta as comunidades de Lagarto, Boquim, Salgado e Estância.

A Prefeitura de Aracaju também disponibiliza oficinas para a população. Um exemplo é o Projeto Amigos da Terra, que visa conscientizar e sensibilizar

os estudantes sobre a importância de preservar a natureza, ampliar o debate acerca do meio-ambiente. Assim os alunos de escolas públicas e particulares são recepcionados por técnicos da Emsurb - Empresa Municipal de Serviços Urbanos da Prefeitura de Aracaju - no Parque da Sementeira. Essa foi a maneira encontrada para realizar uma educação ambiental de uma forma dinâmica, com exemplos reais e demonstrações. Outro exemplo é o Projeto Reciclart - Oficina de Papel ensina a população a reciclar os jornais e revistas usados, os quais acabam se transformando em arte. Está ativo há mais de 10 anos, e tem por objetivo promover a preservação ambiental e educar os cidadãos, servindo como alternativa de trabalho, distração e até mesmo terapia ocupacional. O projeto pode ir até a escola, empresa, órgão, hospital, ONG, evento para realização de mini-curso ou exposição dos produtos feitos de papel.

Em 2007 foram criadas em Sergipe, pelo governo, Unidades de Conservação no Monumento Natural Grota do Angico, em Canindé do São Francisco e Poço Redondo para proteger uma área de 2.138 hectares de vegetação nativa de caatinga.

Apesar desses dados encontrados, a disponibilidade de estudos realizados no Estado em relação à EA é mínima, havendo uma dificuldade em busca de material de consulta para pesquisa. Mesmo com tal disponibilidade de aprendizado sobre EA é muito visível a falta de consciência da maior parte da população, muitos ainda não preocupam com o que essas agressões ao meio ambiente podem causar ao longo do tempo.

Um ponto importante é o fato que a população tem que ter consciência de que a preocupação em recuperar e preservar o meio ambiente não tem que vir de iniciativa somente do Estado, pois somente leis e regulamentos não são suficientes, a população tem que participar efetivamente. A coletividade é que faz a diferença.

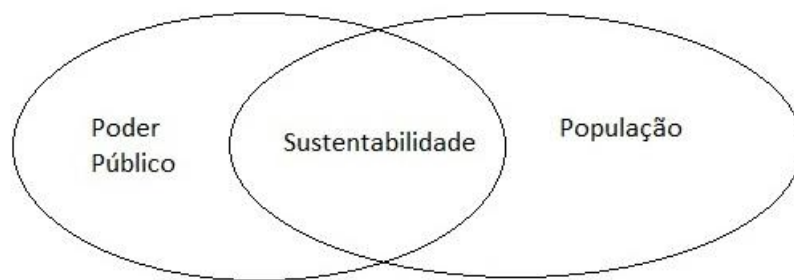


FIGURA 1: Relação entre Poder Público e População em prol da Sustentabilidade

CONCLUSÃO

Com vista nesse estudo apresentado, é importante que a prática do EA em Sergipe seja permanente para que se torne eficaz. É preciso orientações sobre a prática da educação ambiental no Estado, pois a mesma deve ser voltada para a mudança de postura, hábitos e paradigmas para a sustentabilidade ser uma realidade.

É preciso que uma diretriz seja voltada para o exercício da educação ambiental na formação da cidadania. Uma possibilidade é assumir a transformação individual como meio para a sociedade brasileira atingir, ao longo de certo tempo, uma conduta ambientalmente responsável (transformar-se para transformar).

Mais práticas de aprendizagem disponíveis para a sociedade, como cursos de reciclagem, conscientizando e sensibilizando sobre o poder da diminuição de resíduos sólidos dispersos no meio ambiente ajuda a diminuir tais danos a este, seriam ótimas opções.

A EA é um processo permanente de aprendizagem, e assim tem que ser vista, pois valoriza diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e mundial.

RESUMEN

El presente estudio objetiva verificar la importancia de la Educación Ambiental – EA, para una sociedad sustentable, con enfoque en la sociedad sergipana, visando la sustentabilidad de la misma. A través de

pesquisas bibliográficas se constatou a falta de estudos disponíveis relacionados a la EA con enfoque en la sociedad de Sergipe. Todavía es necesario orientaciones sobre la práctica de la educación ambiental en el Estado. Donde la misma debe ser virada para el cambio de postura, hábitos y paradigmas para la sustentabilidad ser una realidad. Es necesario que una directriz sea virada para el ejercicio de la educación ambiental en la formación de la ciudadanía, siendo así pasaría para la sociedad estrategias para que esta se vuelva sustentable, pero no solamente en el ámbito individual y sí en el colectivo, generando conocimiento local, sin perder de vista lo global.

PALABRAS CLAVE : Educación ambiental. Sustentabilidad.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. **CIENCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Consórcio: CDS / UNB / Abipti, 2000.

CRIVELLARO, Carla Valeria Leonini. **VISÕES MARINHAS :VERTENTES E SIGNOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES COSTEIRAS**. Rio Grande do Sul, 2000.

HENRIQUES, Ricardo; TRAJBER, Rachel; MELLO, Soraia; LIPAI, Eneida M.; CHAMUSCA, Adelaide. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APRENDIZES DE SUSTENTABILIDADE**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília – 2007.

JACOBI, Pedro. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, 2003.

JANSEN, Roberta Giane; VIEIRA, Rafaela; KRAISCH, Raquel. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO RESPOSTA À PROBLEMÁTICA AMBIENTAL**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande - 2007.

MARCATTO, Celso. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E PRINCÍPIOS**. FEAM; Belo Horizonte - 2002.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ProNEA / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

RIBEIRO, Marizélia Rodrigues Costa; GUIMARÃES, Fernando Antônio R. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COTIDIANO ESCOLAR: estudo de caso etnográfico**. São Luiz, 1999.

SENOGRAFIA – SENSORIAMENTO REMOTO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Curitiba – 2006.

SILVA, Monica Maria Pereira; LEITE, Valderi Duarte. **ESTRATÉGIAS PARA REALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande do Sul, 2008.

SOCIEDADE SEMEAR - Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes. **PROJETOS**. <http://www.sociedadesemear.org.br/>. Acessado em 15 de maio de 2013 às 18h:51min.

PREFEITURA DE ARACAJU. **PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/>. Acessado em 15 de maio de 2013 às 15h:22min.